PROJETO DE CAPACITAÇÃO DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DEFESA DE DIREITOS

O Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS (FIMTPODER) é um colegiado de discussão, deliberação e encaminhamento de reivindicações, providências e medidas, que tem por missão promover a inclusão no mercado de trabalho das pessoas com deficiência e dos reabilitados pelo INSS no estado de Goiás. Objetivando zelar pela qualidade e efetividade da execução do Projeto de Capacitação dos Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos o FIMTPODER realizou Chamada Pública por meio do Termo de Referência/Pesquisa de Mercado nº 001/2018, publicada no jornal O popular, em 03 de julho de 2018, tendo como selecionado o Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social - IMADES, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que em parceria com o FIMTPODER iniciou execução do Projeto de Capacitação dos Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos.

A articulação entre governos e sociedade civil na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas têm nos Conselhos de Políticas Públicas e ou Defesa de Direitos, espaço privilegiado de construção e prática da gestão participativa, no entanto,

por motivos diversos, em seu cotidiano os conselhos, em vários momentos, enfrentam dificuldades para compatibilizar políticas públicas e as necessidades inerentes à população presente em seus territórios de atuação.

O projeto surge como ação inovadora junto aos diversos conselhos e pretende desenvolver com eles um processo capaz de influenciar positivamente na capacidade de realizarem o efetivo Controle Social das Políticas Públicas, ao viabilizar espaço qualificado de diálogo, acesso a dados, indicadores regionalizados, sistemas de informação e comunicação com potencial de empoderar atores em diversos segmentos e instituições envolvidos no cotidiano dos conselhos.

Na oportunidade, em que apresentamos o projeto, ressaltamos a importância do apoio de conselhos, secretarias, órgãos gestores e instituições da sociedade civil para o pleno alcance dos objetivos propostos.

PÚBLICO ALVO

O público prioritário do projeto é composto de: Conselheiros(as) de Políticas Públicas e Defesa de Direitos, membros da Secretaria Executiva dos Conselhos, representantes de instituições da sociedade civil, secretarias e órgãos gestores nos 246 municípios do estado de Goiás.

DIAGNÓSTICOS REGIONAIS

Serão elaborados dez diagnósticos microrregionais a partir de indicadores nacionais, estaduais, microrregionais e locais, destinados a subsidiar as reflexões nos seminários e apoiar com informações qualificadas a prática do Controle Social nas Políticas Públicas.

ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE CONSELHOS MUNICIPAIS

A equipe técnica do projeto, coordenada pelo IMADES, realizará contato com os conselhos e diferentes gestores dos municípios para atualização de informações que serão utilizadas na realização dos seminários regionais. Os dados obtidos serão remetidos aos respectivos conselhos estaduais para eventual atualização de suas bases de dados.

SEMINÁRIOS REGIONAIS

Serão realizados seminários regionais seguindo a microrregionalização proposta pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN), com duração de 8 horas, abordando as

seguintes temáticas: I - Participação social e democracia, na perspectiva dos direitos; II - Relação/Estado sociedade: gestão democrática dos recursos, educação fiscal e o papel dos observatórios; III - Legislação relativa às políticas públicas, cofinanciamento pelos entes federativos e o papel do Controle Social na aplicação dos recursos; IV - Programas, Projetos, Serviços, Benefícios, Políticas Afirmativas e a importância do reconhecimento do território para a eficiência das Políticas Públicas.

OFICINAS REGIONAIS LIVRES

Com o apoio de instituições e grupos parceiros, no dia seguinte à realização do seminário, serão realizadas oficinas livres, destinadas aos participantes do seminário de também a outros grupos de interesse visando a promoção e o fortalecimento de políticas públicas e temas específicos.

ARTICULAÇÃO DE REDES

Pretende-se que os seminários possibilitem a articulação de Redes de Mobilização Regionais, com o compartilhamento de informações e contatos regionalizados, também por meio da indicação de Pontos Focais Regionais em cada um dos seminários.

REGIÕES

Para a realização dos seminários foi considerada a microrregionalização proposta pela Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento (SEGPLAN):

- Entorno do Distrito Federal
- Nordeste Goiano
- Sudeste Goiano
- Sudoeste Goiano
- Metropolitana de Goiânia
- Oeste
- Sul Goiano
- Noroeste
- Centro Goiano
- Norte Goiano

PARCERIAS

O projeto conta com apoio financeiro Ministério Público do Trabalho - MPT, com recursos provenientes de ações civis públicas ajuizadas pela Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região. O projeto conta ainda com a parceria de diversos Conselhos Estaduais de Políticas Públicas e Defesa de Direitos, Controladoria Geral da União, Advocacia Geral da União, Programa de Educação Fiscal Estadual de Goiás, Ministério Público do Estado de Goiás e Tribunais de Contas.

Para maiores informações sobre o Projeto de Capacitação dos Conselhos de Políticas Públicas e Defesa de Direitos entre em contato com a equipe técnica do projeto:

Eduardo Mota
Coordenador Técnico

Marcelo Barreto
Assistente Administrativo

Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social - IMADES
Fone: 62 3215 1722 | email: projeto.conselhos@gmail.com
www.fimtpoder.org.br

/refletir.projeto projeto_refletir

Realização:

FIMTPODER
Fórum Goiano de Inclusão no Mercado de Trabalho das Pessoas com Deficiência e dos Reabilitados pelo INSS

*Apoio:

MPT
Ministério Público do Trabalho

Parceiros:

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
BRASIL GOVERNO FEDERAL

Ministério Público do Estado de Goiás

EDUCAÇÃO FISCAL
Caminho para a cidadania

FGM
Federação Goiana de Municípios

iMADES
Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Social

*Projeto realizado com recurso de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho.